

Acervos regionais em arquivos sem fronteiras

Considerações a partir dos acervos do Centro de Memória-Unicamp

Regional Files in archives without frontiers: considerations from the collections of the Memory Center-Unicamp / Colecciones regionales en archivos sin fronteras: consideraciones a partir de las colecciones del Centro de la Memoria-Unicamp

André Luiz Paulilo

Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professor na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e coordenador do Centro de Memória-Unicamp, Brasil.

paulilo@unicamp.br

RESUMO

Este artigo discute a articulação entre iniciativas de preservação digital, estratégias de acesso virtual da documentação e renovação da agenda de pesquisa no Centro de Memória-Unicamp (CMU). O objetivo é compreender o papel das instituições de custódia no atual contexto de internacionalização da pesquisa. Trata da mudança da política de gestão do acervo do CMU e dos parâmetros estabelecidos para o serviço de processamento técnico; analisa os protocolos de troca de dados e sua associação às práticas de difusão cultural.

Palavras-chave: arquivo; memória; preservação; acervo; documento; centro de memória.

ABSTRACT

This article aims to discuss the articulation between digital preservation initiatives, strategies for virtual access to documents and renewal of the research agenda at the Centro de Memória-Unicamp (CMU). The objective is to understand the role of custody institutions in the current context of research internationalization. It deals with the change in the CMU collection management policy and the parameters established for the technical processing service; then analyzes the data exchange protocols and their association with cultural diffusion practices.

Keywords: archive; memory; preservation; document; memory center.

RESUMEN

Este artículo discute la articulación entre iniciativas de preservación digital, estrategias de acceso a la documentación virtual y renovación de la agenda de investigación en el Centro de Memoria-Unicamp (CMU). El objetivo es comprender el papel de las instituciones de custodia en el contexto actual de internacionalización de la investigación. Trata de los cambios de la política de gestión del CMU y los parámetros que ésta establecía para el servicio de trámite técnico; analiza los protocolos de intercambio de datos y su asociación con las prácticas de difusión cultural.

Palabras-clave: archivo; memoria; preservación; colección; documento; centro de memoria.

Introdução

O Centro de Memória-Unicamp (CMU) foi criado em 1985 como um órgão interdisciplinar diretamente subordinado à reitoria com a finalidade de abrigar os arquivos cartoriais do Tribunal de Justiça de São Paulo, comarca de Campinas, e transformá-los “em fator gerador de conhecimento” (Amaral Lapa, 1986, p. 4). À época da sua criação, o esforço de José Roberto do Amaral Lapa para a incorporação do arquivo e biblioteca João Falchi Trinca, do fundo Francisco Glicério, da coleção Nelson Omegna e das coleções de pesquisa Jolumá Brito e Antônio Ferreira Cesarino Jr. constituiu um dos maiores e mais completos acervos que a cidade de Campinas e a região do Oeste Paulista ainda possuem.

Três décadas depois da sua criação, o CMU já reunia uma centena de conjuntos documentais e responsabilizava-se por processos de conservação e organização arquivística que, atualmente, dependem de custos significativos e crescentes. Também serviu ao estudo da região em teses e dissertações, publicou dezenas de títulos inéditos e, hoje, edita a revista *Resgate*. Pelo que acumulou em acervo, pesquisa e publicações em mais de 35 anos de funcionamento, o CMU, recentemente, foi repensado em seus processos de organização e reformulado em sua estrutura com a finalidade de reestabelecer a unidade dos conjuntos documentais do acervo e adequar sua comunicação com os usuários.

Não é da primeira tentativa de reestruturação do Centro de Memória-Unicamp que trata este estudo e, tampouco, procura-se historiar aqui as mudanças pelas quais passou ao longo do tempo. No entanto, com o propósito de refletir sobre o atual lugar da história local como problema de pesquisa, debruça-se sobre as políticas de gestão ultimamente organizadas naquele centro. Interessa-se pelas iniciativas de preservação digital e pelas formas de acesso virtual da documentação custodiada em acervos locais como estratégias para responder as atuais questões da universidade quanto a sua relevância e contribuição social para o local onde atua e a internacionalização dos seus temas de pesquisa. Assim, a partir da política de gestão do acervo recentemente organizada no CMU, pretende-se compreender o papel das instituições de custódia de documentação local permanente neste momento de acentuada internacionalização da pesquisa.

Para tanto, importou, inicialmente, tratar da mudança da política de gestão do acervo do CMU que, entre 2015 e 2021, estabeleceu novos parâmetros de organização do arquivo por parte do serviço de processamento técnico. Depois, segue-se a análise dos protocolos de troca de dados, com suas convenções descritivas para conteúdo em meio digital, então adotados no âmbito desta nova política e sua associação às práticas de difusão cultural. Por fim, a reflexão

chama a atenção para o modo como a renovação da agenda de pesquisa no CMU se articulou à atualização da política de acervos e às práticas de ampliação do acesso aos metadados dos conjuntos documentais.

Políticas de gestão da memória

A implementação, em 2015, de uma política que fazia do CMU “um centro de documentação e pesquisa com um único acervo composto por diferentes tipologias documentais” (Bernardes, 2015, p. 6) modificou a organização estruturada à época da sua criação.

Resultado de uma concepção de memória voltada para a herança e associada à ideia de registro e retenção, guarda de informações, conhecimento, experiências, a criação do CMU serviu à custódia dos arquivos da comarca de Campinas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Segundo consta do relatório de atividades do primeiro ano de funcionamento do centro, os entendimentos com o Tribunal de Justiça permitiram que em março de 1985 um convênio fosse celebrado com a Unicamp para a transferência do acervo (Lapa, 1986). O recebimento do material foi paulatino e desde o início contou com o apoio de uma equipe deslocada do Centro de Informação e Difusão Cultural (Cidic). O apoio do professor Ataliba Castilho, diretor do Cidic, e, também, da professora Leila Magalhães Zerlotti Mercadante, diretora da Biblioteca Central, resultou em estrutura e pessoal necessários ao trabalho de organização dos 50 mil processos que se estimava ter aquele arquivo. Do Arquivo Judiciário da comarca de Campinas constam processos criminais e cíveis, inventários, testamentos e manuscritos diversos compreendendo os anos entre 1796 e 1940. Segundo Amaral Lapa (1986, p. 8),

nessa documentação estão falências, impugnações por falta de pagamento de dívida, por fraude e quebra de contrato, apelações e requerimentos diversos, autos de liberdade dos escravos, livros de notas e escrituras dos tabeliães com registrado de propriedade imóvel, vendas de escravos, cartas de alforria de escravos, dotes, hipotecas, procurações, documentos do Juízo de Órfãos etc.

Em torno desse material atuou a equipe cedida pelo Cidic, sob a coordenação de Neire de Rossio Martins. Dos contatos realizados por José Roberto do Amaral Lapa com as instituições e, também, com os membros de famílias tradicionais de Campinas e da região, chegaram os demais acervos que constituíram a documentação do arquivo do CMU. O acervo de João Falchi Trinca trouxe, de acordo com Amaral Lapa (1986, p. 8), “o mais completo acervo particular

reunido até hoje sobre Campinas”. A correspondência de Francisco Glicério com Campos Sales, Prudente de Moraes, Bernardino de Campos, Aristides Lobo e Silva Jardim, entre outros, reúne 1.269 itens documentais. Nessa mesma época, chegaram coleções de pesquisa do professor Nelson Omegna, professor Antonio Ferreira Cesarino Júnior e Jolumá Brito com materiais utilizados em pesquisa ou produzidos no desempenho de funções públicas. Das instituições da cidade, o relatório de atividades de Amaral Lapa noticia a incorporação do Arquivo do 7º Grupamento de Incêndio do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do estado de São Paulo. Esse acervo é constituído por registros de ocorrência, regulamentos, atas, fotografias e correspondências.

À época da criação do CMU, além do arquivo e de uma biblioteca, previu-se a instalação de um Laboratório de História Oral e Iconografia e também um setor de Iconografia. Segundo Amaral Lapa (1986, p. 13), uma equipe de pesquisadores foi posta em contato com o Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getúlio Vargas e o Laboratório de História Oral da Universidade Federal de Santa Catarina para conhecer as boas práticas dessas instituições. No caso do setor de Iconografia, a proposta foi reunir um acervo fotográfico sobre Campinas. Ambas as iniciativas contaram com a colaboração do Serviço de Fotografia da Divisão de Documentação do Centro de Informação e Difusão Cultural da universidade. Paulatinamente, o que havia sido planejado foi constituído de modo a dar condições de recolhimento e conservação de acervos sobre Campinas e região. Na prática, as divisões do CMU conferiram autonomia técnica e também aprofundaram uma organização do acervo pela tipologia do documento. Os manuscritos, no arquivo, os impressos, na biblioteca, as fotografias, no setor de Iconografia, e os depoimentos orais, no Laboratório de História Oral, avolumaram-se por meio de coleções diversas e, em alguns casos, inteiramente constituídas por um único tipo documental. De acordo com João Paulo Berto (2021, p. 168), o resultado desta prática foi uma organização pautada na especialização de setores autônomos que se enquadravam mediante os gêneros documentais:

Os conjuntos recebidos eram dissociados de forma intencional, o que acarretava procedimentos variados no gerenciamento da informação, com metodologias, padrões e rotinas por vezes muito específicos. Como consequência, eventualmente, tornava-se impossível reunir os conjuntos documentais mesmo que intelectualmente, o que trazia grandes dificuldades para os pesquisadores e para rotinas de gestão integrada. Ao mesmo tempo, cada setor empreendia medidas independentes de acesso aos documentos: seja por meio do oferecimento dos itens físicos ou utilizando softwares variados que pouco ou nenhum diálogo travavam entre si.

A formação de novos conjuntos documentais, a partir da organização estruturada no CMU, se deu a partir de um esforço ingente de assegurar referenciais objetivos para a memória da cidade e fixá-la em bases concretas e materiais. Em torno da história da cidade de Campinas, das suas instituições e da sua gente, o centro reuniu manuscritos, livros, periódicos, fotografias, mapas, plantas e, por meio do seu Laboratório de História Oral, depoimentos, em uma estrutura voltada para a preservação de diferentes materiais. Artefatos, papéis, materiais fotográficos e fita magnética contam com procedimentos de preservação já bastante apurados no Laboratório de Conservação e Restauro. O importante trabalho desenvolvido nesse setor do CMU permitiu acolher coleções inteiras de fotografia, de manuscritos e livros ou espólios de família, empresas ou fazendas da região para preservá-los da deterioração ou perda.

Em todo caso, a unificação pretendida por Maria Helena Bernardes em 2015 alterou a compreensão de alguns dos aspectos da relação que à época da criação do CMU se estabeleceu entre memória e preservação arquivística. Desde então, as ações necessárias de revisão resultaram, em 2021, na publicação da política de acervos que, institucionalmente, estabeleceu os parâmetros de organização do arquivo por parte do serviço de documentação em três tipos de quadros de arranjo:

- a. Quadros estruturais – quando a classificação reflete a estrutura e/ou o organograma administrativo da instituição;
- b. Quadros funcionais – quando a classificação remete às funções desempenhadas pelo órgão produtor;
- c. Quadros temáticos – com a construção de sistemas de arranjo com base em estruturas temáticas extraídas dos itens documentais. (CMU, 2021, p. 34)

Além dos protocolos de tratamento, essa política circunscreveu sete linhas temáticas para o acervo do CMU.

1. Famílias, cultura e poder: conjuntos relativos às trajetórias de grupos familiares em diferentes temporalidades e espacialidades, tanto no meio urbano quanto rural, compostos por documentos que permitam estudos acerca de relações de poder estabelecidas, de laços de parentesco, de relações matrimoniais, de diferentes formas de organização e dinâmicas familiares; documentação que expresse formas de sociabilidade diversas; hábitos, costumes, valores, crenças, assim como relações entre gêneros, concepções de maternidade, de infância, de educação infantil ou as práticas de colecionismo no âmbito de grupos familiares e seu caráter de manutenção da memória e identidades;

2. Política e poder público: conjuntos documentais relativos aos personagens de instituições públicas e privadas, ideias, grupos, biografias e trajetórias que envolvam questões políticas e o poder público, em suas diferentes esferas de atuação; arquivos que abordem aspectos da normatização e gestão públicas;
3. Práticas e manifestações culturais e artísticas: conjuntos documentais que dizem respeito às atividades artísticas e culturais, formativas ou não, e seus espaços e agentes produtores; documentação relativa às festas, ao lazer e ao entretenimento organizado ou espontâneo; às práticas esportivas e às manifestações das artes e das técnicas artísticas: desenho, pintura, fotografia, escultura e arquitetura. Conjuntos de documentos que compreendam ainda os saberes, os ofícios e os modos de fazer tradicionais; as formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; os locais e as práticas religiosas institucionais e as de cunho popular e devocional, abordando diferentes crenças e manifestações;
4. Propriedades rurais: conjuntos documentais relativos às dinâmicas da vida e do trabalho no ambiente rural e às diferentes relações e organizações estabelecidas nos ambientes de trabalho rural: o trabalho escravo, livre e assalariado; as profissões e os profissionais do mundo rural em diferentes recortes cronológicos; as formas e os processos da indústria rural. Documentação relativa às organizações agrícolas e suas estruturas de gestão: fazendas, sítios, chácaras e núcleos coloniais;
5. Espaços e serviços urbanos: conjuntos relativos às diferentes realidades sobre a cidade e a materialidade da vida urbana; as formas de representação do urbano e seus modos de constituição, por meio de saberes e experiências plurais; a história da cidade e do urbanismo; as constituições de políticas públicas urbanas: intervenções urbanas, políticas de preservação e patrimônio, projetos de renovação e remodelação etc.; as avaliações críticas e reflexões sobre a cidade; a presença dos saberes especializados sobre a cidade e as tensões sociais e morais relativas à cidadania; as práticas culturais do morar e viver nos espaços urbanos: a habitação popular, as relações/adaptações de diferentes grupos sociais com o meio urbano, os diferentes espaços de convivência e sociabilidades, bem como as relações humanas neles estabelecidos; os saberes, as práticas e as políticas relativas às doenças, à saúde, à medicina e à assistência médica e às artes de curar, sejam institucionais, coletivas, públicas e/ou voluntárias; as formas de transporte e mobilidade urbanas; a educação e os ambientes escolares, formais ou não-formais; serviços de infraestrutura, registro, controle e punição no ambiente urbano. Instituições financeiras;
6. Associações e movimentos sociais: conjuntos documentais relativos às organizações, associações e movimentos sociais de diferentes naturezas e atuações, sejam eles organizados formalmente ou não, filantrópicas ou não; os agrupamentos étnicos ou identitários; registros acerca dos atores, ideias, grupos, biografias e trajetórias destes grupos;

7. Economia, indústria e comércio: conjuntos documentais que permitam acompanhar as transformações na economia e na sociedade, podendo suscitar reflexões acerca do conceito de riqueza nas formas de enriquecimento privado (individual ou coletivo) decorrente de atividades econômicas e nas oportunidades de novos investimentos: abertura de novos negócios e diversificação das atividades produtivas e comerciais em diferentes recortes e temporalidades; documentação relativa às diferentes formas de relação de trabalho e às dinâmicas industriais e comerciais (familiares ou corporativas). (CMU, 2021, p. 23-24)

Conservaram-se nessas linhas temáticas as práticas de aquisição de arquivos voltadas para o regional e, então, a ideia central que serviu de princípio de organização do CMU. Entretanto, as políticas institucionais de acolhimento e conservação, de classificação, de descrição e de condições de acesso atualmente vigentes incidem agora sobre os aspectos da trajetória do centro que impregnam a documentação sob sua custódia. Na perspectiva de Nora (1993), Le Goff (2003) e Cook (1998), por exemplo, centros de memória e documentação não são os mesmos espaços onde se mantêm intactos os suportes da memória, mas, principalmente, lugares onde se constitui uma memória. Há um aspecto ativo de construção da memória do qual participam de modo importante na organização e descrição dos arquivos.

A preservação ou conservação de bens documentais e patrimoniais envolve os agentes e suas práticas, estratégias operacionais e a preocupação com a melhoria do desempenho institucional através de transformações constantes. Por um lado, estão as ações, sempre difíceis de articular, para assegurar a infraestrutura necessária para o trabalho de equipes interdisciplinares e especializadas no funcionamento de sistemas de segurança do acervo; climatização dos ambientes de acondicionamento e processamento técnico da documentação; redes de armazenamento digital e descrição de conteúdos por meio de metadados. Por outro, há os padrões de arranjo, classificação, ordenação e atribuição de descritores através dos quais um arquivo organiza e estrutura seus conjuntos documentais para pesquisa. Portanto, mesmo que variados e bastante efetivos, os meios de que atualmente se dispõe para responder às exigências de gestão da memória não prescindem de parâmetros e instrumentos metodológicos adequados de abordagem dos arquivos.

Assim, para promover o acesso às fontes, tão relevante quanto a resolução de problemas de ordem operacional é a preservação das relações que um dado documento mantém com o âmbito da atividade para a qual serviu de instrumento. Princípio metodológico da arquivologia quando se trata da disponibilização de um acervo para pesquisa, a observação da proveniência e a contextualização das competências, funções, atividades ou práticas de geração dos documentos não deixam de ser um desafio para a gestão de centros de memória e documentação como o da Unicamp.

A memória e o compartilhamento de dados

De composição complexa, o acervo do CMU acumulou documentos de tipologia e proveniência variadas a partir de condições específicas de arquivamento. Proceder para enfeixar nos atuais planos de destinação da documentação os conjuntos anteriormente reunidos envolveu na composição da *Política Interna de Gestão de Acervos do CMU* ao menos duas séries de preocupações para o processamento técnico e a organização da informação arquivística. De um lado, conservar e apurar a configuração lógica dos acervos nos atuais registros possibilitados pelos sistemas de informática e, por outro, responder às pressões exercidas pelas diferentes entidades com as quais um órgão público se relaciona requer, além de redefinições de ordem técnica, políticas específicas de atuação na gestão dos documentos em centros de memória e documentação.

Atualmente, a preocupação com o desenvolvimento de ambientes distribuídos em rede, com a informática e com a utilização das chamadas tecnologias da informação é parte das atribuições de organização dos acervos. Partindo da noção de sistemas memoriais, Galindo (2010, p. 261) afirma que “o desenho e implementação de sistemas memoriais suportados por tecnologias tornam-se cruciais para que as organizações memoriais possam atender com eficiência sua missão face às novas demandas sociais”. Condição para a construção de conhecimentos novos, o acesso às fontes documentais envolveu os arquivos e centros de memória e documentação em ações de compartilhamento de bens da cultura. Conforme percebeu Galindo (p. 262), nas últimas décadas avançou-se muito no desenvolvimento de “recursos para organização, recuperação e uso partilhado do conhecimento” a partir do “aperfeiçoamento dos instrumentos que permitem a operação mútua entre usuários distintos”.

Há nesse princípio de interoperabilidade uma compreensão de que os sistemas de informação adquiriram

capacidade para se comunicar de forma transparente com outros sistemas, aparelhados com tecnologia semelhante de padrões abertos de transmissão de dados, comunicação, armazenamento e habilitados à representação descritiva de conteúdos em metadados. (Galindo, 2010, p. 262)

Sua viabilidade depende tanto do desenvolvimento de protocolos universais de troca de dados e de convenções descritivas para conteúdos em meios digitais quanto de projetos coletivos de preservação digital. Dessa perspectiva, as discussões envolvem pensar estratégias de diluição de custos de instalação e

manutenção, e um desenho institucional capaz de criar a integração de várias bases. Nesse “admirável mundo novo”, cumpre não esquecer o plano mais convencional de atuação do arquivo visto por Camargo e Goulart (2007, p. 50) como aquele “preocupado com a identificação do nexos entre o documento e a atividade por ele viabilizada ou comprovada” e com “a manutenção dos dispositivos que possam garantir ao longo do tempo, o sentido unívoco desse nexos e a capacidade especular dos documentos em relação ao órgão de origem”.

No Centro de Memória-Unicamp a atualização dos sistemas de banco de dados do acervo tem sido feita de forma articulada a outros órgãos da universidade com vistas a viabilizar, entre seus diferentes arquivos, uma interoperabilidade capaz de beneficiar o pesquisador com bases mais abrangentes e integradas de consulta. Não são poucas as implicações metodológicas para o processamento da documentação, sua adequação às exigências de um trabalho consorciado e de revisão de protocolos. As discussões em torno dos campos de preenchimento pertinentes, da definição dos usos de vocabulário controlado ou dos modos de arranjo envolvem negociações de sentido e compreensão da organização dos fundos de documentação difíceis de vencer. Em todo caso, para a precisão das práticas classificatórias implicadas no arranjo dos acervos documentais sobre Campinas e demais cidades do Oeste Paulista sob a guarda do CMU é bem-vinda a oportunidade de repensar seus critérios de organização e os planos de destinação aos quais obedecem. Aposta-se que a geração de metadados mais integrados e interoperativos tanto beneficia a pesquisa com fontes melhor referenciadas acerca do seu contexto arquivístico de produção quanto auxilia na percepção topográfica e semântica dos conteúdos do acervo. Da perspectiva da gestão desses dados e de acordo com Galindo (2010, p. 260), cumpre apurar e articular os processos de busca e recuperação da informação arquivística e, assim, promover seu uso social.

O enfrentamento de questões operacionais como a revisão dos procedimentos de busca e recuperação por metadados acentua a relevância da atualização tecnológica e dos planos de destinação. No CMU, a *Política Interna de Gestão de Acervos* ocupa-se de prever essa integração no escopo de suas atribuições:

O CMU utiliza-se de um ambiente seguro, pautado em um Repositório Digital Confiável (com base na resolução Conarq n. 43, de 4 de setembro de 2015) concatenado a um sistema de acesso, o qual dá garantias sobre a não manipulação, falsificação ou alteração das imagens digitalizadas, do mesmo modo que permite a preservação dos componentes digitais em possíveis mudanças e conversões de formato. Para tanto, são adotados os sistemas Archivematica e AtoM (*access to memory*), ambos desenvolvidos pela

empresa Artefactual Systems e indicados pelo Conselho Internacional de Arquivos. Além de serem gratuitos e em código aberto, somados compõem um eficaz ambiente de preservação digital para processamento e armazenamento de objetos digitais a longo prazo, fundamentado em estratégias de preservação digital e baseado no modelo OAIS (Open Archival Information System). (CMU, 2021, p. 38)

Ainda assim, o esforço técnico de informatização do acesso aos acervos não nos desincumbe de refletir sobre a qualidade da informação arquivística disponibilizada e sua relação com a memória social. O sistema escolhido organiza a descrição dos itens documentais segundo normas estabelecidas pela International Standard Archival Description (ISAD-G) e, portanto, impõe uma estrutura multinível.¹ Trata-se de diretriz que possibilita representar a organicidade do conjunto, permitindo mostrar o contexto arquivístico. O escopo bem definido da ISAD-G especificado pelo AtoM não prescinde de diretrizes complementares para o controle de autoridade e de funções de trabalho e das demais operações arquivísticas. Para o acesso aos representantes digitais da documentação, a adoção de protocolos e convenções internacionais contribui para uma melhor integração das bases de dados e, assim, um alcance maior da informação. Ao CMU essa prática, por meio da utilização da Archivematica e do AtoM, serviu para o espelhamento do arranjo e dos protocolos de processamento, material e digital, da documentação. Sem ignorar a extensa literatura que tem apontado as diferenças de natureza de ambos os agenciamentos (Fickers, 2012; Blom, 2017; Moss, 2008; Marino; Silveira; Nicodemo, 2021), o esforço também tem sido no sentido de cultivar ao menos dois aspectos em comum.

Em primeiro lugar, ter o processamento técnico voltado à proteção da integridade dos documentos e, assim, basear-se na ideia de recuperação do vínculo arquivístico, reivindicado ainda por Schellenberg (1980; 2006). Nesse sentido, o AtoM mostra-se uma ferramenta capaz de refletir um arranjo construído a partir da “rede de relações que cada documento tem com os documentos pertencentes a um mesmo conjunto” (MacNeil, 2000, p. 94).

Depois, mesmo tendo em vista as reservas de Robin (2016, p. 457) quanto às deambulações permitidas pela textualidade que hoje a internet impõe, utilizar o hipertexto como meio de difusão cultural do acervo. Dessa perspectiva, os sítios na internet e as suas redes colaborativas propõem a oferta de conteúdos

1 O objetivo da utilização deste recurso é a utilização integrada e inter-relacionada das várias normas de descrição arquivística, proporcionando a interligação e a partilha entre os registos descritivos associados a cada uma delas.

sujeitos a uma leitura dessequencializada e deslinearizada, pelo salto, dos blocos de sentido, da escritura, das imagens e documentos sonoros. São, por essas características, o lugar onde se procura disponibilizar meios e sugerir estratégias para ligar os fragmentos e, assim, interagir com as possibilidades do usuário “de criar seus próprios percursos, seu próprio domínio de memória” (p. 457).

Assim, a qualificação da informação arquivística que, inicialmente, voltava-se à alimentação de um repositório confiável de preservação digital para processamento e armazenamento de objetos digitais em longo prazo, mostrou-se central à difusão cultural do acervo. Por um lado, porque assegura o acesso, serve de catálogo e à consulta remota. Por outro, conserva as informações acerca dos vínculos arquivísticos de cada item já processado, subsidiando o serviço de desenvolvimento e composição das exposições e das atividades de difusão do acervo.

Os resultados dessa prática do Centro de Memória-Unicamp podem ser acompanhados através dos conteúdos disponíveis para consulta no sítio institucional na internet, nas exposições publicadas na plataforma Google Culture & Arts e nas contribuições para o projeto Wikipédia: Glam. Ainda que com especificidades de escopo, público e alcance, cada uma dessas plataformas contribuiu para ampliar o acesso ao acervo e suas temáticas. De modo que, atualmente, o CMU compartilha de modo amplo os seus conjuntos preservados digitalmente. Dessa condição de disponibilidade do acervo tanto se beneficiam os estudos, pelo acesso às ferramentas para pesquisa histórica, como o público, quando opera com os arranjos publicados, se apropria do conteúdo reunido, rememorando outros, ou quando, simplesmente, deambula por entre eles.

Os conteúdos gerados a partir da documentação preservada digitalmente no repositório do CMU possuem o acesso aberto e mantêm relação com as dinâmicas de valorização e comunicação da história e da memória local. Vem de 35 anos essa vocação do centro para o estudo e a difusão cultural da história local. Mais recente foram as iniciativas de expansão dessa atuação por meios digitais. Com elas também vieram a preocupação de desenvolver processos democráticos de produção e o compartilhamento de pesquisas. Assim, a produção de conteúdo para *podcast*, para postagens em redes sociais ou para publicação de material didático exigiu atenção a públicos plurais e que não são mera audiência. As demandas por reconhecimento e participação vindas desses públicos, que as interações nas redes sociais e a educação favorecem e a chamada história pública reconhece, estão a provocar revisões nos processos de produção e compartilhamento da pesquisa.

Em conformidade com as considerações de Corte, Barros, Lima, Hadler, Rovai e Kobelinski (2021, p. 91) sobre o papel da história pública em centros de

memória, essas iniciativas parecem necessárias e urgentes “no momento histórico em que vivemos – com negacionismos de toda ordem, posturas de intolerância, discriminatórias e preconceituosas, interpretações superficiais, simplistas ou equivocadas sobre acontecimentos históricos”. Trata-se, ao menos, de um esforço para responder às atuais demandas sociais por história e memória que a disseminação de recursos tecnológicos e a popularização da internet, afinal, mostraram que existem.

Acervo, pesquisa e difusão

O atual empenho do CMU em adotar protocolos universais de troca de dados e de convenções descritivas visando à preservação digital e ao acesso virtual ao acervo se realiza em associação com as discussões acerca das perspectivas contemporâneas da história local e regional. Izabel Marson (2020, p. 75) bem percebeu a urgência de repensar teórica e historicamente o objeto história local frente a “vivência de inédita compressão espaço-tempo decorrente da ampliação e domínio das tecnologias da informação em todo o mundo”. Por ocasião do IX Seminário Nacional do CMU, perguntava, a partir da obra de Claude Lefort e Michel de Certeau, sobre quais “princípios políticos comuns organizam um amplo espaço mundial e não se exteriorizam senão em formas históricas diversas, em lugares individualizados, ou em particularidades”. Sob essa premissa, Marson (2020, p. 77-78) percebe na pluralidade de presenças em lugares específicos a importância das experiências singulares para a análise das mediações políticas, culturais e econômicas na convivência e circulação de indivíduos, povos e nacionalidades em grande escala.

As perspectivas abertas pela história transnacional dão razão à Izabel Marson. O esforço para se superar as abordagens exclusivamente eurocêntricas exigiu respostas a certas questões particulares que fizeram das especificidades políticas, sociais, culturais e religiosas das áreas colonizadas, elementos centrais dos chamados *subaltern studies* ou das inventivas metodológicas da *connected history*, da *histoire croisée*, da *word history* ou da *global history*. Atualmente, as preocupações com a articulação entre os níveis de escala (Struk; Ferris; Revel, 2011), com o significado de fronteira (Altenbernd; Young, 2014) ou com lugares de convivência e circulação (Foucault, 2013; Lussault, 2017) nesse tipo de análise sinalizam para a complementaridade que há entre a história transnacional e as histórias feitas em outras escalas. Conforme testemunhou Subrahanyam (2017, p. 236), um praticante pioneiro da história global, na sua aula inaugural no College de France: “Como qualquer historiador, continuo

atraído por lugares e espaços definidos, e meu conhecimento é o produto direto da formação em leitura de obras, arquivos e imagens. No entanto, esses materiais não se limitam a um espaço nacional”.

De fato, para a compreensão da circulação, dos fluxos e das trocas culturais e econômicas, o lugar onde se dá o teatro das operações não é uma questão menor. Segundo Marson (2020, p. 73-74) as bem-sucedidas análises de temas e problemáticas transdisciplinares relacionadas à política e a situações urbanas, inspiradas em matrizes teóricas que privilegiam mediações entre o social, o político e o cultural, resultaram da pesquisa sobre a política nas cidades e as práticas cotidianas. Goubert (1988) também chama a atenção para o valor dos registros bem reunidos em arquivos de uma dada região para o enfrentamento de questões como as apontadas por Marson. Para Goubert (1988, p. 75) pesquisas cuidadosas em acervos locais “podem destruir muitas das concepções gerais anteriormente consolidadas em tantos livros, ensaios e palestras”. De fato, quando reconsideradas a partir dos materiais que têm sido trabalhados no Centro de Memória-Unicamp e no Arquivo Municipal atualmente, as temáticas da “segunda escravidão” ou da “cidade colegial”, por exemplo, foram reconfiguradas enquanto problemas de pesquisa.²

A obra de José Roberto do Amaral Lapa (1966, 1996, 2008) sobre Campinas é um exemplo maior. O estudo que o autor realiza sobre a cidade se beneficiou amplamente da coleção de livros sobre Campinas que seria doada por João Falchi Trinca ao CMU quando da formação da biblioteca. Conhecida como Campiniana, a coleção é composta de obras sobre a cidade e seus cidadãos, escritas por campineiros ou publicadas em Campinas.³ Somada às coleções de Jolumá Brito e Celso Maria Pupo na Biblioteca do CMU, constitui um acervo que reúne a produção de todos os principais memorialistas da cidade. Ao se ocupar da historiografia de Campinas, arrolando as obras sobre a cidade, Lapa (1966, p. 299) pesquisou arquivos, bibliotecas públicas e particulares, leigas e religiosas, de São Paulo e Campinas. Em *A cidade: os cantos e os antros* e em *Os excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil*, Amaral Lapa toma essa bibliografia como fonte para as suas interpretações acerca das dinâmicas socioeconômicas de Campinas. Especialmente, propõe uma compreensão de recorte local sem

2 Ver, para o tema da segunda escravidão, o estudo de Maria Alice Rosa Ribeiro e Máisa Faleiros da Cunha (2021). No caso das escolas construídas em Campinas em fins do século XIX, consultar Rosa Fátima Souza (1998) e Munir Abboud Pompeu de Camargo (2021).

3 Para Lapa, a biblioteca e o arquivo de recortes de Trinca representavam o “conjunto informativo mais completo que conhecemos sobre a história de Campinas. Então, já reconhecia sua dívida com Trinca pelo “livre acesso a esse acervo [...] bem como ainda de considerável enriquecimento da relação original dos verbetes que havíamos elaborado” (Lapa, 1966, p. 300).

negligenciar os aspectos gerais da política, sociedade, economia e cultura do período de transição do Império para a República no Brasil.

Complementar ao esforço de reunião de referências sobre Campinas e análise, Amaral Lapa atuou, inicialmente, para desenvolver, na biblioteca do CMU, uma coleção de livros sobre as cidades paulistas e, depois, para editar novos títulos sobre a história de Campinas. Por um lado, organizou a coleção Campiniana, uma iniciativa que publicou 21 títulos sobre diferentes aspectos da história da cidade. Por outro, adquiriu para o CMU títulos acerca da história das cidades do interior do estado que reuniam o trabalho de historiadores e memorialistas. Assim, Lapa não só reuniu subsídios para uma avaliação crítica da história de Campinas e região, mas também atuou para institucionalizar um lugar para a pesquisa dessa história. Nesses esforços, o propósito de fazer do CMU um centro de documentação da história de Campinas circunscreveu as feições dos seus arquivos. Nas ações de organização e arranjo, a ideia de regional impregnou de sentido a documentação. Por meio dos catálogos seletivos, percebe-se que os conjuntos podem ser associados por temáticas e “memorializar” aspectos reconhecidos da identidade regional. A indústria (Gonçalves, 2015), as cidades da região (Marcondes, 2002) ou os seus personagens (Scarpeline, 1997; Abrahão, 1996) são tópicos da percepção e do reconhecimento do passado de Campinas e região.

Na documentação sob a guarda ou custódia do CMU e no modo como foi, então, organizada a sua biblioteca incidem prioridades e políticas institucionais de acolhimento e conservação, de classificação, de descrição e de condições de acesso. E, nesse sentido, há uma intervenção necessária de organização e arranjo que, todavia, impregna a documentação com os sentidos próprios da trajetória do centro. Voltando à perspectiva de que há um aspecto ativo de construção da memória na forma como as instituições de guarda atuam para organizar e descrever a documentação convém insistir, com Cook (1998, p. 142), que “arquivos arbitram, no nível da teoria e de conceitos profissionais básicos, sobre o que merece ser lembrado além de refletirem necessidades, interesses e disputas de poder sociais”.

Também Robin (2016) e Assmann (2011), para ficar com apenas outros dois exemplos, detêm-se sobre as consequências das atividades de arquivo para a memória. Sobretudo, reconhecem que o passado não é livre e que os arquivos são meios para preservar, gerir e controlar a memória que se tem ou se pode ter do passado. Neles, segundo Robin (2016, p. 104), o arquivista opera como mestres do tempo, mestres da cidade dos mortos e dos vivos, portanto da boa ordem do mundo. Para Robin, como para Cook, os arquivistas são mestres da memória por seu trabalho de classificação, triagem, acabamento, etiquetagem, preservação e de comunicação ou de não comunicação. Para Assmann (2011, p. 368), a

comunicação articula procedimentos de seleção e acessibilidade e seu controle tem consequências. Conforme afirma, “uma nova hierarquia de valores e uma nova estrutura de relevância são construídas” nos arquivos a cada vez que há mudança de poder político: a existência do arquivo se desloca juntamente com as estruturas de legitimação. Nessas questões, Derrida (apud Assmann, p. 368) é sempre evocado: “Não há poder político sem o controle sobre os arquivos, sem o controle sobre a memória”. Afinal, como concordam Cook, Assmann e Robin, nos artifícios para conservar e ordenar documentos, livros, artefatos ou obras de arte há estratégias de hierarquização do acesso à memória e de organização do saber, do gosto ou do passado.

Questões operacionais como a revisão dos procedimentos de busca e recuperação por metadados que a atualização tecnológica demandou no CMU repercutem sobre essas estratégias. O recurso a soluções de software livre e normas abertas combinando a gestão de conteúdos com a gestão das descrições de arquivo oferece um novo dinamismo à pesquisa ao permitir tanto a recuperação simples de informação como a recuperação booleana. Sobretudo, ultrapassa o catálogo e o acesso por meio dos códigos de localização anotados, modificando os atributos da busca. Mas também faz do armazenamento, da conservação e da recuperação eletrônica dos arquivos vias de acesso à memória. As bases de dados virtuais organizadas no AtoM definem os índices a partir dos quais o pesquisador terá acesso aos representantes digitais da documentação. Os critérios de arranjo da documentação e de classificação e processamento que, como instituição de guarda, o CMU, por exemplo, estabelece para configurar seu catálogo virtual, expressam as suas prioridades e mecanismos institucionais de acolhimento dos acervos.

Ainda que seja necessário considerar que a criação da base de dados favorece o acesso de parte do acervo em detrimento de outra ou que na versão digitalizada a documentação perde sua materialidade e que a navegação pelas informações catalogadas é prática distinta do cotejamento de índices, trata-se de meio eficaz de difusão da documentação custodiada em arquivos públicos. Associados ao uso das plataformas Glam e Google Culture & Arts, os índices e representantes digitais da documentação que se pode ter acesso virtualmente permitem aos estudos abrangentes, ou de grande escala, também dispor de modo remoto de uma quantidade maior de fontes de outras localidades. Healey (2012, p. 8) usa a expressão “ficar sob a pele de uma comunidade histórica” para descrever a contribuição da história local “para entender as relações dos povos uns com os outros em muito mais detalhes do que se simplesmente os tivéssemos visto a partir da massa sem rosto das estatísticas nacionais”.

No CMU, a criação de canais digitais de acesso à documentação mostra-se uma contribuição para a história do comum, do cotidiano, das lutas reais e dos triunfos de pessoas comuns através dos tempos. As correspondências, álbuns de fotografias, manuscritos de associações populares e coleções de postais ou de livros atualmente disponíveis no AtoM da instituição deixam ver que não é só do mundo publicado que resulta a cultura da região. Os homens, mulheres e crianças comuns que faziam a cidade funcionar conservaram memórias sob a forma de registros diversos. Também foram sujeitos a registros indiretos e públicos em prontuários, inquéritos ou narrativas. As principais investidas da história global, transnacional ou conectada foram especialmente atentas aos vestígios das práticas comuns e ordinárias de convivência existentes em documentos deste tipo. As análises de Subrahanyam (1994), Gruzinski (2014) ou Canclini (2015), por exemplo, resultam do entrecimento de aspectos locais e internacionais do conflito, da mundialização e da cultura. Trata-se de estudos interculturais em contextos de intensa internacionalização em que as lutas políticas e sociais locais são elementos da interação importantes para se pensar o hibridismo e a multiplicidade das identidades humanas.

A preservação digital e o acesso virtual de acervos locais podem contribuir para a realização de projetos do mesmo tipo tanto favorecendo a pesquisa das mediações sociais, políticas e culturais que emergem de espacialidades específicas quanto o estudo das suas conexões transnacionais ou a construção de comparáveis de análise. Nesse sentido, a aposta de Amaral Lapa (1985, p. 14-15) no “acesso democrático e sem qualquer discriminação” quando da criação do CMU, em 1985, ainda hoje anima as ações deste órgão da Unicamp. A implantação de protocolos de digitalização e difusão do acervo procurou responder às atuais questões da universidade quanto a sua relevância e contribuição social para o local onde atua e a internacionalização dos seus temas de pesquisa.

Dessa perspectiva de compreensão, a atualização da política de acervos, os protocolos de preservação digital dos conjuntos documentais e a renovação da agenda de pesquisa se articulam através de práticas de ampliação do acesso aos dados. Inicialmente, a reorganização dos critérios de aquisição e arranjo da documentação, a adoção de um repositório confiável de preservação digital e o desenvolvimento de uma linha de pesquisa em gestão documental visaram qualificar a informação arquivística que resulta da organização do acervo. Depois, a reafirmação da vocação regional do seu acervo e a diversificação dos seus meios de difusão atualizaram os vínculos do Centro de Memória-Unicamp com a cidade. Em contrapartida, a revisão dos processos de produção e compartilhamento da pesquisa tem buscado articular em diferentes escalas de análise,

beneficiando a investigação das conexões entre espacialidades específicas e globais. As recentes mudanças na política de acervos do CMU sugerem, assim, que a qualificação da informação arquivística, a diversificação de públicos e a atualização da agenda de pesquisas não são processos separados, resultam do alinhamento de princípios e práticas de organização do acervo, de pesquisa e de difusão cultural.

Considerações finais

Abolir as fronteiras de acesso aos acervos das instituições de custódia de documentação não é um desafio trivial. Depende da adoção de protocolos de troca de dados, de convenções descritivas para conteúdos em meios eletrônicos e de recursos para preservação digital. Igualmente necessária, a articulação de iniciativas nessa direção com uma política de acervo e o desenvolvimento de uma agenda de pesquisa demanda a integração de processos tão diversos quanto aqueles de qualificação da informação arquivística, de difusão e de inovação. Não só as questões de abrangência e alcance dos acervos reconfiguram-se com a superação desses desafios, também viabilizam o estudo dos temas da história local noutras perspectivas que aquelas circunscritas pelas fronteiras de “uma ou poucas aldeias”, “uma cidade pequena ou média” ou “uma área geográfica que não seja maior do que a unidade provincial comum” (Goubert, 1988, p. 70).

Ainda que específico, o caso do CMU tratado aqui não é isolado e propõe uma reflexão a respeito de elementos comuns às discussões sobre o trato público dos vestígios da experiência humana (Macneil, 2019; Lomborg, 2022, Marino; Silveira; Nicodemo, 2021; Paulilo; Moraes, 2023). O cultivo de práticas criteriosas e significativas de arquivamento e pesquisa em meio digital suscita tanto questões operacionais quanto teórico-metodológicas e éticas. Por um lado, a resolução de problemas operacionais a partir da adoção dos recursos adequados de informática demanda servidores de rede, processamento de dados e softwares e ferramentas de trabalho privados. Por outro lado, o arranjo da documentação e a compreensão, análise ou credibilidade das evidências acessadas dependem das formulações teóricas e metodológicas da arquivologia, da história e da memória.

A infraestrutura para preservação digital e processamento de dados beneficia a investigação com a consolidação de bancos de dados independentes, a qualidade da informação arquivística e o acesso por meio de ferramentas de busca e difusão. Possibilita ampliar o alcance ao acervo através de recursos da informática que envolvem tanto adequação tecnológica quanto atenção metodológica.

No CMU, o uso de um repositório confiável de preservação digital suscitou reflexões sobre como preservar digitalmente o vínculo arquivístico da documentação e, assim, sua integridade na rede de relações da qual é parte. Foi uma solução que partiu do trabalho conjunto de historiadores e de profissionais de organização de arquivos e de tecnologia da informação para responder às exigências metodológicas da arquivologia.

Igualmente, para o fomento à pesquisa, as implicações do acesso aos representantes digitais da documentação são de ordem técnica e metodológica. A redução dos custos e o favorecimento do trabalho conjunto de equipes maiores em torno de fontes diversas são aspectos significativos dos resultados alcançados pela preservação digital da documentação permanente. Frente ao digital, o desenvolvimento de ferramentas para viabilizar a leitura de fontes armazenadas em *big data* ou aperfeiçoar análises quantitativas e qualitativas próprias da história impõe-se como alternativa às posturas tecnofóbicas. Mas a intensidade do fluxo de informações e dados não é o único desafio da investigação histórica ou da memória social nesse ambiente. Também a renovação das interrogações é crucial.⁴ Nesse sentido, as perspectivas abertas pelas discussões em torno da história do tempo presente e da história pública, com seus interesses pela memória e pela ressignificação social e participativa da disciplina história, apontam para veios de trabalho e pesquisa tão originais quanto relevantes.

No CMU, as pesquisas têm incorporado perspectivas comparativas de análise e investigado conexões transnacionais de temas locais. As preocupações com a variedade de escalas da análise e a circulação de pessoas, objetos e modelos culturais que atualmente constam das agendas de pesquisa do centro redefinem os usos das noções de lugar e fronteira na sua produção e as formas de compreender o acervo. Associadas às ações de extensão e difusão, a pesquisa sobre a história local não só diversificou perspectivas de abordagem, como também o formato das suas publicações. A série de podcasts, vídeos e postagens publicados pelo CMU nos últimos anos sobre seu acervo acerca de Campinas buscou franquear na universidade um espaço de participação pública nos debates a respeito da história e memória da cidade. Trata-se de uma busca por maior engajamento comunitário nas discussões e na pesquisa que se fundamenta em princípios centrais da história do tempo presente e da história pública. Uma vez

4 As reflexões de Robin (2016) nesse âmbito mostram bem que com a passagem à digitalização e a mudança de suporte, com a desmaterialização do virtual deve-se perguntar sobre os agentes de destruição dos novos suportes (p. 23), os *fronts* das novas lutas pela identidade e autonomia (p. 53), o que está em jogo na gestão coletiva de uma transmissão programada da memória ou do gesto patrimonial (p. 436).

que nessas perspectivas de compreensão do atual papel da história para o debate contemporâneo, segundo Lucchesi e Carvalho (2016, p. 151), importa tanto a experimentação de novas fontes e abordagens quanto a comunicação com vários públicos, o trabalho em equipe e a multiplicidade de meios para difundir o conhecimento.

Ainda assim, e conforme procurou-se sugerir aqui, mudanças na política de gestão do acervo atestam o poder das instituições de guarda permanente sobre a documentação. O controle dos protocolos de tratamento e troca de dados, das prioridades de organização e digitalização e das formas de acesso repercute sobre a construção do passado. Através das práticas de aquisição, classificação e catalogação de documentos, livros ou objetos, essas instituições articulam à memória coletiva os vestígios considerados legítimos da experiência humana. A substituição dos antigos instrumentos de pesquisa e catálogos de coleções pelos atuais bancos de dados e seus critérios de busca e recuperação de informações renova os meios de acesso dessa memória, mas não os princípios pelos quais ela se organiza socialmente. Mudaram, assim, as formas, não as instituições de custódia da memória coletiva. Portanto, as preocupações éticas com aquilo que se decide preservar para a pesquisa permanecem pertinentes ao trabalho de organização dos acervos.

Central ao trabalho com acervos, o questionamento acerca de quem estamos memorializando quando organizamos arquivos é imprescindível ao aparato crítico da análise e também para a reflexão ética. Afinal, a gestão da memória expressa valores sob a forma de critérios e protocolos. Nesse sentido, é importante observar os parâmetros de conduta definidos pela academia e pela sociedade. Assim, tanto os critérios estabelecidos pelos pares quanto os valores socialmente reconhecidos de respeito à dignidade humana circunscrevem os limites da espécie de fabricação do passado que tem lugar no interior das instituições de custódia da memória. Trata-se de parâmetros que tanto têm servido aos propósitos de legitimação cultural das novas aquisições de acervos quanto aos esforços para reagir às alienações provocadas pela expropriação da memória de populações minoritárias ou periféricas.

Entre as muitas fronteiras que um acervo embaraça, as de espaço e território são aquelas que a digitalização mais contribui para abolir. Outras dimensões da sociabilidade e da cultura têm fronteiras que são mais difíceis de vencer. Alcançar um público mais amplo e diversificado que o especializado tem exigido também pensar alternativas para produção de conteúdo e estratégias de difusão capazes de associarem-se às questões da contemporaneidade. O emprego de mídias variadas para isso, com foco na internet, reage aos dilemas que tanto

a historiografia quanto a sociedade enfrentam atualmente, tão bem identificados por Teixeira e Carvalho (2019, p. 19): “O anti-intelectualismo, o anticientifismo, o conspiracionismo, os ataques dirigidos ao meio acadêmico, sobretudo às universidades públicas no Brasil”. Dessa perspectiva, quaisquer esforços, então, para romper os limites que costumam impedir o acesso público ao conhecimento produzido, acumulado ou conservado na universidade são contribuições para abolir fronteiras, tendo em vista a produção de uma história mais acessível, cidadã e emancipadora.

Referências

- ABRAHÃO, Fernando Antônio (org.). *Correspondência passiva de Francisco Glicério*. Campinas: CMU, 1996.
- ALTENBERND, Erik; YOUNG, Alex Trimble. Introduction: The significance of the frontier in an age of transnational history. *Settler Colonial Studies*, v. 4, n. 2, p. 127-150, 2014.
- AMARAL LAPA, José Roberto do. *Os excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.
- AMARAL LAPA, José Roberto do. *A cidade: os cantos e os antros – Campinas 1850-1900*. São Paulo: Edusp, 1996.
- AMARAL LAPA, José Roberto do. *Relatório*. Centro de Memória-Unicamp. Campinas, 1986. 44 fls.
- AMARAL LAPA, José Roberto do. Unicamp cria o Centro de Memória de Campinas. *Correio Popular*, Campinas, 14 de julho de 1985, p. 14-15.
- AMARAL LAPA, José Roberto do. Primeiras notas para uma Bibliografia da História de Campinas. *Revista Estudos Históricos*, n. 5-6, p. 281-375, 1966. Separata.
- ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- BERNARDES, Maria Elena. CMU – três décadas de história no fomento à pesquisa e na produção de conhecimento. In: SCHIAVINATTO, Iara Lis; BERNARDES, Maria Elena (org.). *Ocupação CMU – 30 anos: catálogo da exposição*. Campinas: Unicamp/CMU-Publicações, 2015. p. 3-6.
- BERTO, João Paulo. Centro de Memória-Unicamp: um percurso intelectual. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 154-174, jan./abr. 2021.
- BLOM, Ina. Rethinking Social Memory: archives, technology and the social memory. In: BLOM, Ina et al. (ed.). *Memory in motion: archives, technology and the social memory*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2017. p. 11-38.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais*. São Paulo: IFHC, 2007.
- CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas*. São Paulo: EDUSP, 2015.
- CENTRO de Memória-Unicamp. *Política Interna de Gestão de Acervos do Centro de Memória-Unicamp*. Campinas: CMU Publicações, 2021. (Cadernos Técnicos, 1).
- COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Estudos Históricos*, v. 21, p. 129-149, 1998.
- CORREIO Popular. Centro contará a verdadeira história local. Campinas, 7 jul. 1985. p. 4.
- CÔRTE, Andréa; BARROS, Joana; LIMA, Livia; HADLER, Maria Sílvia; ROVAI, Marta; KOBELINSKI, Michel. Como fazer a história local se tornar pública, e para quem? In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; RODRIGUES, Rogério Rosa (org.). *História Pública em Movimento*. São Paulo: Letra e Voz, 2021. p. 89-101.
- FICKERS, Andreas. Towards a new digital historicismo? Doing history. *Journal of European History and Culture*, v. 1, n. 1, p. 19-26, 2012.
- FOUCAULT, Michel. As heterotopias. In: FOUCAULT, Michel. *O corpo utópicos, as heterotopias*. São Paulo: n-1 Edições, 2013. p. 19-32.

- GALINDO, Marcos. Patrimônio memorial e instituições públicas no Brasil. In: ESPINA BARRIO, Ángel; MOTTA, Antonio; GOMES, Mário Hélio (org.). *Inovação cultural, patrimônio e educação*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. p. 251-264.
- GONÇALVES, Cássia Denise (org.). *A indústria na documentação fotográfica do Centro de Memória-Unicamp (1878-1976) – catálogo seletivo*. Campinas: CMU, 2015.
- GOUBERT, Pierre. História local. *Revista Arrebalde*, ano 1, n. 1, p. 69-83, maio/ago. 1988.
- GRUZINSKY, Serge. *As quatro partes do mundo: história de uma mundialização*. Belo Horizonte; São Paulo: Editora UFMG; Edusp, 2014.
- HEALEY, Jonathan. Why local history matters? Lecture delivered at the Oxford University Department for Continuing Education, 14 Nov. 2012. Disponível em: https://www.academia.edu/2550380/Why_Local_History_Matters. Acesso em: 28 jul. 2023.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- LOMBORG, Stine. Personal internet archives and ethics. *Research Ethics*, n. 9, p. 20-31, 2013. Disponível em: <http://rea.sagepub.com/content/9/1/20>. Acesso em: 17 set. 2022.
- LUCCHESI, Anita; CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. História digital: reflexões, experiências e perspectivas. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo. *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 149-163.
- LUSSAULT, Michel. *Hyper-lieux: les nouvelles géographies de la mondialisation*. Paris: Seuil, 2017.
- MACNEIL, Heather. *Sem consentimento: a ética na divulgação de informações pessoais em arquivos públicos*. Belo Horizonte: UFMG, 2019.
- MACNEIL, Heather. *Trusting records: legal, historical and diplomatic perspectives*. Vancouver: Kluwer Academic Publishers, 2000.
- MARCONDES, Marli (org.). *Catálogo de coleções fotográficas da cidade de Jarinu*. Campinas: CMU, 2002.
- MARINO, Ian Kisil; SILVEIRA, Pedro Telles da; NICODEMO, Thiago Lima. Dever de memória e justiça no mundo digital: comentários sobre a experiência da Covid-19. In: PAULILO, André Luiz; HADLER, Maria Silvia (org.). *História, memória e territorialidades*. Campinas: CMU Publicações, 2021. p. 231-268.
- MARSON, Izabel Andrade. Qual o lugar da história local? Percursos e potencialidades do tema e do problema. In: PAULILO, André Luiz; HADLER, Maria Silvia Duarte (org.). *História local e memória: política, cultura, identidades*. Campinas: CMU Publicações, 2020. p. 33-82.
- MOSS, Michel. Opening Pandora's Box: what is an archive in the digital environment? In: CRAVEN, Loise. *What are archives?* Burlington: Ashgate, 2008, p. 71-89.
- NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez., 1993.
- PAULILO, André Luiz; MORAIS, Claudiana dos Reis de Sousa. Pesquisa em/com arquivos pessoais e ética. In: COMISSÃO de Ética em Pesquisa da ANPED. *Ética e pesquisa em educação: subsídios*, v. 3, Rio de Janeiro: ANPED, 2023. p. 212-222.
- POMPÊO DE CAMARGO, Munir Abboud. *Escolas do Segundo Império: arquitetura escolar e grupo mandatário em Campinas do século XIX*. Campinas: Oficinas Terrestres Edições, 2021.
- RIBEIRO, Maria Alice; CUNHA, Maísa Faleiros. A “segunda escrevidão” na Princesa do Vale (Vassouras, RJ) e na Princesa do Oeste (Campinas, SP), 1797-1888. In: PAULILO, André Luiz; HADLER, Maria Silvia (org.). *História, memória e territorialidades*. Campinas: CMU Publicações, 2021. p. 53-86.
- ROBIN, Régine. *A memória saturada*. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.
- SCARPELINE, Rosaelena (org.). *História de Campinas através da Hemeroteca João Falchi Trinca*. Campinas: CMU, 1997.
- SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *Documentos públicos e privados: arranjo e descrição*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1980.
- SOUZA, Rosa Fátima. *O direito à educação*. Campinas: CMU Publicações, 1998.
- STRUCK, Bernhard; FERRIS, Kate; REVEL, Jacques. Introduction: Space and scale in transnational history. *The International History Review*, v. 33, n. 4, p. 573-584, 2011.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay. A cauda abana o cão: o subimperialismo e o estado da Índia, 1500-1760. In: SUBRAHMANYAM, Sanjay. *Comércio e conflito: a presença portuguesa no Golfo de Bengala, 1500-1700*. Lisboa: Edições 70, 1994, p. 151-173.

TEIXEIRA, Ana Paula Tavares; CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. Os lugares do historiador-divulgador. In: CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; TEIXEIRA, Ana Paula Tavares (org.). *História pública e divulgação de história*. São Paulo: Letra e Voz, 2019. p. 9-21.

Recebido em 2/10/2023

Aprovado em 15/1/2024.